

1 **ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2014 DO CONSELHO ESTADUAL DE**
2 **DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

3
4 Às quatorze horas e trinta e dois minutos do dia 23 de maio de dois mil e quatorze, no
5 auditório da Casa de Direitos humanos – Av. Amazonas, 558- 5º andar- centro – BH,
6 reuniu-se em plenária ordinária o CONPED para discutir e deliberar sobre a seguinte
7 pauta: 1- verificação do quórum, 2- aprovação da ata da 3ª reunião ordinária, 3-
8 relatórios das comissões temáticas, 4- informes, 5- avaliação do primeiro ano dos
9 trabalhos da gestão 2013-2015. Estavam presentes os conselheiros: Kátia Ferraz
10 Ferreira(Presidente), Clodoália Nobre Barbosa(SEPLAG), Valéria Marta Amormino(SEE),
11 Alexander Fabian Malheiros(SES), Lindberg Ribeiro Garcia(SETOP), Ana Lúcia Henriques
12 Grossi(SEDESE), Juliana de Melo Cordeiro Chiari(CAADE-SEDESE), Milton Henriques de
13 Oliveira(ADEFOM), Caio Múcio Barbosa Pimenta(Associação dos Cegos L.
14 Braille),Eustáquio José de Oliveira(ADEFI), Rogério de Araújo Souza(APAPE), Adinilson
15 Marins(Federação das APAES), Denise Martins Ferreira(Cons. Reg. Psicologia), Daisy
16 Dias Lopes(Cons. Reg. Serviço social), Rita de Cássia Righi Rodrigues Chaves(AMR).
17 Justificaram sua ausência os conselheiros: Glicélio Ramos Silva(SEC), Ana Lúcia de
18 Oliveira(caade-sedese), Maurício Alves Peçanha(ADC), Marlice Ornelas
19 Lúcio(APODEM),Lucas Leonardo Menezes Della Testa(ARCD), Breno Ferreira Monteiro
20 Elias(ADEFECAMP). A presidente Kátia deu início aos trabalhos conferindo o quórum,
21 em seguida pediu que os conselheiros assinassem a ata do mês de abril e
22 apresentassem sua ressalvas. Daisy citou a frase dita pelo colaborador Leandro
23 Sabbadini na ultima reunião, a qual consta na ata: “...reivindicou a necessidade de um
24 fundo paralelo para os conselheirosfeiras”. Ela questionou o uso da palavra paralelo
25 que considera inadequada, justificando que a ata é um documento que ficará para a
26 posteridade. Feitas algumas considerações sobre o assunto, Kátia , em concordância
27 com os conselheiros, esclarece que o uso da palavra paralelo não deve ser entendido
28 que o Conselho esteja aprovando uma ilegalidade e deve ser entendido com fundo
29 específico. Rogério lembra que a Lei de Criação do Conselho prevê a criação deste
30 fundo. Clodoália acrescenta que na Lei de Criação original, no artigo 13, os recursos
31 para manutenção do Conselho sairão à conta do Fundo de Assistência Social(CEAS), e a
32 participação do CONPED não foi operacionalizada pela SEDESE, mas não aponta a
33 criação de fundo e sim a participação do Conselho dentro dele. O conselheiro Caio
34 Múcio comentou que considera o trabalho da Fundação Dorina Newill muito
35 importante, lembrando que ela esteve presente na reunião do mês de abril. Em
36 seguida demonstrou sua insatisfação, alegando que o CONPED faz reuniões, mas
37 avançou pouco. Quanto à redação das atas, reclamou: “ quando se faz uma crítica ao
38 governo, mostrando a insatisfação dos conselheiros da sociedade civil em relação à
39 forma como o governo trata o Conselho, isso não aparece nas atas. E, quando alguém
40 do governo diz que não compete ao Conselho questionar o Estado ele discorda, pois

41 defende a liberdade da palavra e de ideia. Esse entendimento de que as coisas estão
42 boas não é verdade”. Exemplificando, acrescenta que recebeu uma ligação da
43 assistente social do Instituto São Rafael, dizendo que atendeu uma pessoa com
44 deficiência visual e física e não consegue marcar uma audiência na Defensoria Pública,
45 devido a sua condição.” O seu direito primário não está sendo respeitado”. Reafirma
46 ainda que tem-se que demonstrar esta insatisfação, o que deve ser registrado em ata.
47 Rogério concorda com a fala do Caio e afirma ser responsável pela sua palavra dita em
48 todas as reuniões. E revela que seu desejo é que o Conselho tivesse uma secretária
49 executiva formal, pois existe apenas uma secretaria com funcionários trabalhando
50 para o Conselho. Finalizando, Daisy comenta que a ata deve ser inteligível para a
51 leitura, pois é um documento público. A ata foi aprovada com abstenção do
52 conselheiro Adinilson por não ter participado da última reunião. A presidente Kátia
53 anuncia que houve inversão de pauta, passando para a apresentação dos informes,
54 devido à necessidade de alguns conselheiros terem de desligar-se da reunião antes do
55 término da mesma. Juliana disse que, a pedido da coordenadora da CAADE, Ana Lúcia
56 de Oliveira, comunica que a SEDESE por meio da Subsecretaria de Trabalho, em
57 parceria com a Assembleia e INSS, irá realizar um evento na Assembleia Legislativa,
58 no dia 29 de maio: “Dia D- Dia Nacional da Contratação da Pessoa com Deficiência e
59 Reabilitados”. O evento está sendo organizado de acordo com o Plano Nacional dos
60 Direitos da Pessoa com Deficiência (Viver Sem Limites) e ocorrerá nas cidades onde
61 funciona o SINE com intuito de promover a inclusão da P.C.D. no mercado formal do
62 trabalho. Ela convida todos e pede auxílio na divulgação. Kátia registra a presença da
63 Jane Marisa da Silva, secretária executiva do Conselho de Economia Popular Solidária,
64 que convida os conselheiros a participarem da Conferência Estadual, para estudo do
65 Plano Estadual da Economia Solidária, que será realizada no Recanto da Siriema, nos
66 dias 6,7 e 8 de junho. Maria Tereza Feldner (Federação das APAES) informa a
67 comemoração dos 60 anos da APAE e que o deputado Duarte Belchir propôs a
68 realização de audiências públicas para o conhecimento do trabalho das APAES. Ela
69 esclarece que esse evento não foi iniciativa da Federação e sim da Assembleia. Cita o
70 Congresso que a APAE realiza de três em três anos e deixa claro que para isto não
71 obteve nenhum recurso do Governo. Conclui, fazendo convite para o evento da
72 Assembleia, como fechamento das audiências públicas no dia 2 de junho. Kátia reforça
73 as ponderações da Tereza e alega que ficou assustada com as informações do texto
74 jornalístico equivocado e reconhece que a APAE é uma organização respeitada e
75 oferece apoio à Federação, pedindo mais clareza nessas informações para que não
76 tenha nenhuma utilização inadequada da Instituição APAE. Houve, a seguir breves
77 comentários e elogios sobre o trabalho da APAE. Fabian fez um histórico da Instituição
78 relatando a importância do seu trabalho. Rogério diz orgulhar-se da APAE e duvida de
79 que o Poder Público consiga realizar esse trabalho desenvolvido pela APAE com
80 apenas R\$ 28 milhões. Angélica (Coordenadoria Municipal da Pessoa com Deficiência
81 de Nova Lima) Fez um convite para o Primeiro Congresso Municipal de Direitos

82 humanos de Nova Lima, no qual serão discutidas questões de políticas públicas. Cyntia
83 Prata (representante da Comissão de Defesa de Direitos da Pessoa com Deficiência da
84 OAB) disse que, em Minas Gerais, não há um centro especializado de atendimento à
85 pessoa com transtorno do espectro do autismo e pede apoio para fazer mobilização a
86 fim de conseguir atendimento para esse segmento. Kátia, com relação a essa
87 demanda, informa que seis conselheiros do CONPED fazem parte da Câmara Técnica
88 de Atenção à Saúde da pessoa com TEA e disse que esta demanda deve ser levada ao
89 Sistema Público de Saúde para que se encontre a solução, já que o CAPS (Centro de
90 Atenção Psicossocial)atende pessoas com oito tipos de patologia e não conseguiria
91 atender com dignidade este público. Ainda lembrou que, em Brasília, na reunião do
92 CONADE, ela mostrou seu posicionamento e sustenta que o Sistema Único de Saúde
93 deveria atender todas as pessoas sem distinção. Luana Mendes(CASPD/SES) informa
94 que esta demanda foi apresentada à SES e a coordenação já tentou promover uma
95 capacitação de uma equipe multidisciplinar para o atendimento à pessoa com TEA,
96 mas o valor cobrado para este trabalho ultrapassa a possibilidade de o Estado pagar.
97 Outras ações foram levadas por esta coordenadoria e a SES espera que alguma ação
98 deverá ser executada em favor da pessoa com TEA. O conselheiro Fabian interfere,
99 esclarecendo que as políticas públicas são da Competência do Grupo Condutor da SES
100 que certamente deverá aprovar as propostas relacionadas à questão do transtorno do
101 espectro do autismo. Luana finalizou, fazendo um convite para uma audiência pública
102 na Assembleia Legislativa, no dia 5 de junho. Rogério, que faz parte da Comissão da
103 Câmara Técnica que trata do transtorno do espectro do autismo, informa que houve
104 uma reunião dessa comissão e espera que sejam tomadas providências para que sejam
105 preservados os atendimentos realizados até então pelo psiquiatra Dr. Walter. Juliana,
106 que também faz parte desta comissão, esteve presente na referida reunião e considera
107 importante levar essa demanda à SES, pois foi informado que será construído no
108 Hospital Raul Soares um local destinado ao atendimento das pessoas com TEA. Nesse
109 momento da reunião, os representantes do CONPED deixaram claro que este
110 atendimento deve ser desvinculado do Hospital que recebe pessoas com outro tipo de
111 patologia. Em função disso, Kátia cobrará, por meio de ofício, a informação da agenda
112 das reuniões da SES. Rogério reforça a atitude, argumentando que ele deixou de
113 participar da Comissão de Atos Normativos para atuar na comissão da câmara, mas
114 ainda não teve resultado. Milton considera importante a participação do Conselho
115 neste evento da Assembleia, já que ele é órgão fiscalizador e proponente de política. A
116 conselheira Daisy informa que esta questão de suprir a falta do Dr. Walter foi objeto
117 de discussão na Comissão de Políticas Públicas, que tem uma proposta a ser
118 apresentada. Clodoália faz uma sugestão acerca desse assunto: a causa autista é muito
119 ampla, envolve vários setores, a classe médica, a família, a educação, a saúde. Ela
120 sugere à SES elaborar um projeto apresentando como necessidade um convênio para
121 se fazer uma capacitação dos profissionais envolvidos nesta área, julgando que seria
122 mais efetivo para buscar recursos para esta questão. Em seguida, Kátia lembrou do

123 primeiro ano de aniversário deste mandato e forneceu as seguintes informações:
124 esteve em São Paulo, no Encontro Regional do CONADE no qual foram apresentadas as
125 questões: construção de estratégias para direcionar objetivamente o trabalho dos
126 Conselhos e do acompanhamento do Plano Viver sem Limites e, como anseio de
127 grande parte dos conselheiros presentes, é que a administração pública se
128 comprometa com a execução das estratégias. Percebeu que os participantes do Estado
129 de Minas Gerais tiveram dificuldade em participar do Encontro Nacional, mas tiveram
130 oportunidade de falar sobre situações que ocorrem dentro do Estado. Os conselheiros
131 José Eustáquio de Oliveira e Maurício Alves Peçanha participaram do Encontro com
132 recursos próprios. Em termos de funcionamento de Conselho, informou que vai haver
133 Encontro Nacional em Brasília em dezembro e que alguns Conselhos funcionam por
134 decreto o que é inseguro para eles. Outra questão discutida foi sobre o modelo de
135 paridade na composição dos Conselhos. Possivelmente deveremos decidir sobre as
136 cadeiras que deverão compor o Conselho, já que está tramitando na Assembleia a
137 forma desta composição. Houve uma intensa discussão sobre este tema, algumas
138 pessoas disseram que a atual composição (paridade) não funciona pois, visto que o
139 Conselho é instituição de controle social, deve fornecer informação e cobrar do
140 governo a execução da política. Nesse sentido a sociedade civil estaria em
141 desvantagem. Ainda nesse Encontro, Valdir Macieira (Comissão da ONU) ponderou
142 sobre a necessidade de mudanças nas estratégias sobre a garantia dos direitos
143 humanos. Foi apresentada uma palestra sobre Protocolo Nacional de Desastres
144 Ambientais, que foi muito interessante e ela pretende levar esta questão à Prefeitura
145 de BH. Sobre esse assunto, Clodoália, que faz parte da comissão do Plano de
146 Emergência de Minas Gerais, esclareceu que a defesa civil faz um trabalho de
147 mapeamento das áreas de risco. Voltando à explanação do Encontro do CONADE, Kátia
148 informou que existe um monitoramento do Programa Viver sem Limite que pode ser
149 consultado pelo endereço: www.pessoacomdeficiencia.gov.br/observatorio. Ela citou
150 o PRONATEC como parte desse monitoramento. O conselheiro Eustáquio explicou
151 que o PRONATEC funciona através de acordo com o Sistema S em nível nacional na
152 aplicação de cursos de acordo com a necessidade de cada município, e a pessoa com
153 deficiência tem prioridade de fazer esses cursos. Fabian considera necessário levar ao
154 PRONATEC uma proposta de tornar o curso mais viável para atender o público com
155 dificuldade visual. Daisy, que faz parte da APABB, informou que estão finalizando um
156 convênio com o PRONATEC e farão acompanhamento das pessoas com deficiência
157 inscritas no programa, pois ele foi criado em função das reclamações das empresas de
158 que não pessoa com deficiência qualificada para o mercado de trabalho. Caio reage
159 dizendo que “treina-se pessoas para o trabalho, mas não se cria emprego, pois este é o
160 país do marketing, não acredito no PRONATEC, a exemplo de pessoas formadas que
161 não têm colocação no mercado de trabalho. Considero uma ilusão esse programa.
162 Nunca tivemos uma resposta de ofícios enviados por este Conselho. O Governo faz
163 uma política de “apagar fogo” e não trabalha com planejamento. Rogério comenta

164 que, nesta política, o conceito de residência inclusiva, por exemplo, é “de outro
165 planeta” e considera a política um engano ao povo pela inviabilidade de ser executada
166 com a verba que é insuficiente. O conselheiro Caio acrescenta que o governo vive na
167 ficção, pois ele exige e não oferece verba suficiente para que se cumpra a lei e esse
168 PRONATEC é uma ilusão, pois as escolas não possuem recursos para ensinar esse
169 público. Daisy reclama que não houve tempo para a apresentação da comissão de atos
170 normativos . Kátia explicou que foi pelo motivo da inversão de pauta. Em seguida,
171 Daisy (comissão de políticas públicas) expõe: trabalhamos na reunião da comissão
172 sobre a questão do autismo **já abordado no início da plenária**. Sobre a residência
173 inclusiva, disse que o CONPED deve questionar o edital do programa do governo , pois
174 ele não atende. Angélica Fortes (coodep- Nova Lima) informou que a Coordenadoria
175 de Nova Lima teve um ano turbulento devido à questão política e percebemos um
176 esvaziamentos nos cursos **ofertados**. Sua proposta é ampliar a rede de empresas
177 inclusivas no município. Milton disse que na comissão de acessibilidade, os
178 componentes devem participar mais, pois foi o único presente. Daisy (comissão de
179 políticas públicas) afirmou que não foi dado prosseguimento aos encaminhamentos
180 das reuniões passadas, devido à falta de uma secretária executiva na secretaria do
181 Conselho. Sendo assim, a comissão fez uma proposta de convidar o diretor dos
182 Conselhos para a próxima reunião para agilizar esta demanda. A comissão **de políticas**
183 **públicas** também discutiu sobre a cartilha para ser disponibilizada para o atendimento
184 de pessoas com deficiência e, para o CEAS, deverá ser respondido que a cartilha deve
185 abranger todas as deficiências. Foi feita, então, a proposta de produzir um documento
186 que fique disponível para o CONPED utilizá-lo em eventos ou em outros momentos.
187 Outra proposta foi de fazer um ofício ao FENEIS e Federação Brasileira dos Surdos para
188 participarem desta cartilha. Denise se propôs a vir ao CONPED para dar
189 encaminhamento a assuntos discutidos anteriormente **pela Comissão de Políticas**
190 **Públicas**. Com relação à ausência de um **psiquiatra infantil** para atendimento de
191 pessoas com TEA, Denise propôs fazer um ofício à SES ,direcionado à coordenadora
192 Gabriela, pedindo urgência na questão. Sobre a construção de um Centro de
193 Referência para a Pessoa com Deficiência, pela Prefeitura, , Denise fez a seguinte
194 proposta: pedir detalhamento desse projeto á Coordenadoria Municipal de Defesa da
195 Pessoa com Deficiência.. **A plenária manifestou que o documento recebido foi a título**
196 **de informação, desta forma, não cabe solicitar a apresentação sugerida**. Não havendo
197 mais nada a tratar, Kátia encerra a reunião às 17.30 horas.

198 Kátia Ferraz Ferreira(Presidente)

199 Clodoália Nobre Barbosa (SEPLAG)

200 Valéria Marta Amormino (SEE)

201 Alexander Fabian Malheiros (SES)

202 Lindberg Ribeiro Garcia (SETOP)

- 203 Ana Lúcia Henriques Grossi (SEDESE)
- 204 Juliana de Melo Cordeiro Chiari (SEDESE/CAADE)
- 205 Milton Henriques de Oliveira (ADEFOM)
- 206 Caio Múcio Barbosa Pimenta (A. Cegos L. Braille)
- 207 Eustáquio José de Oliveira (ADEFI)
- 208 Rogério de Araújo Souza (APAPE)
- 209 Adinilson Marins (Federação APAES)
- 210 Denise Martins Ferreira (Conselho R. Psicologia)
- 211 Daisy Dias Lopes (Conselho Reg. S. Social)
- 212 Rita de Cássia Righi Rodrigues Chaves (AMR)

